

# Rombo na Emcatur compromete três administrações

A Comissão de Inquérito que apurou as irregularidades na Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur), de 1987 a abril de 92, constatou que a empresa foi utilizada para uma "verdadeira lavagem de dinheiro público". Cerca de Cr\$ 5 bilhões — valores não atualizados — foram desviados para outros fins e até transferidos, "mormente em campanhas eleitorais". O relatório da comissão revela que a Emcatur sofreu dilapidação do seu patrimônio para enriquecimento ilícito de terceiros, "salteadores dos cofres públicos". E ainda destaca que a empresa desperdiçou milhões de cruzeiros em doações a entidades, muitas vezes "fantasmas".

As irregularidades foram apuradas nos períodos das administrações Paulo Borges, Vitor Martins e Eloilson Tadeu Gobbi. A comissão já concluiu os trabalhos, em nove volumes, cujas cópias já circulavam ontem pelas mãos dos deputa-

dos estaduais, na Assembléia Legislativa. Das irregularidades, a comissão assegura que foram desvendadas práticas ilícitas como a de peculato (o funcionário se apropria de dinheiro ou bem móvel em razão do cargo, ou os desvia em proveito próprio ou alheio).

## Organização de quadrilha

Outras práticas constatadas foram o emprego irregular de verbas públicas; concussão (exigir para si ou outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, vantagem indevida); prevaricação (retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei), condescendência criminosa (deixar o funcionário, por indulgência, responsabilizar o subordinado que cometeu infração); advocacia administrativa (patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração

pública, valendo-se da qualidade de funcionário); apropriação indébita, furto e organização de quadrilha.

A comissão presidida pelo major PM Marcos Antônio Santos sugeriu ainda que o Ministério Público avalie as responsabilidades de Paulo Borges, Vitor Martins, Eloilson Tadeu Gobbi, Paulo Costa, ex-diretores da empresa, para verificar a ocorrência, ou não, de tipicidade penal (cometimento de crime). Foi encaminhada uma cópia do relatório para o Governo do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Procuradoria-Geral da Justiça e para a Delegacia Contra o Patrimônio Público.

## Outros acusados

A comissão também sugere ao Ministério Público a apuração das responsabilidades dos ex-gerentes do Radium Hotel, João de Deus Pereira e Manoel Capistrano, acu-

sados de peculato e outras irregularidades, dos ex-funcionários Jorge Capistrano, Barcinio Marques, dos ex-arrendatários Cecy de Oliveira Santos, Rubens Timóteo e Elcio de Paula Jr. Em função do relatório da Auditoria-Geral do Estado, assinado pela auditora Maria Berenice Pinho da Silva, a comissão julgou-se incompetente para responsabilizar, "como deseja a Auditoria, os ex-integrantes do Conselho de Administração da Emcatur, por autorizarem a renovação dos contratos do Mercado Capixaba com prejuízo para o Estado.

São eles: Paulo Augusto Vivacqua, secretário de Desenvolvimento Social; Maria José Quintaes Tabachi, Taufic Matar e Marcelo Valadares Nader (que, como conselheiro, vendeu em 1992 três milhões de ações da empresa ao próprio Estado por 190 milhões de cruzeiros).

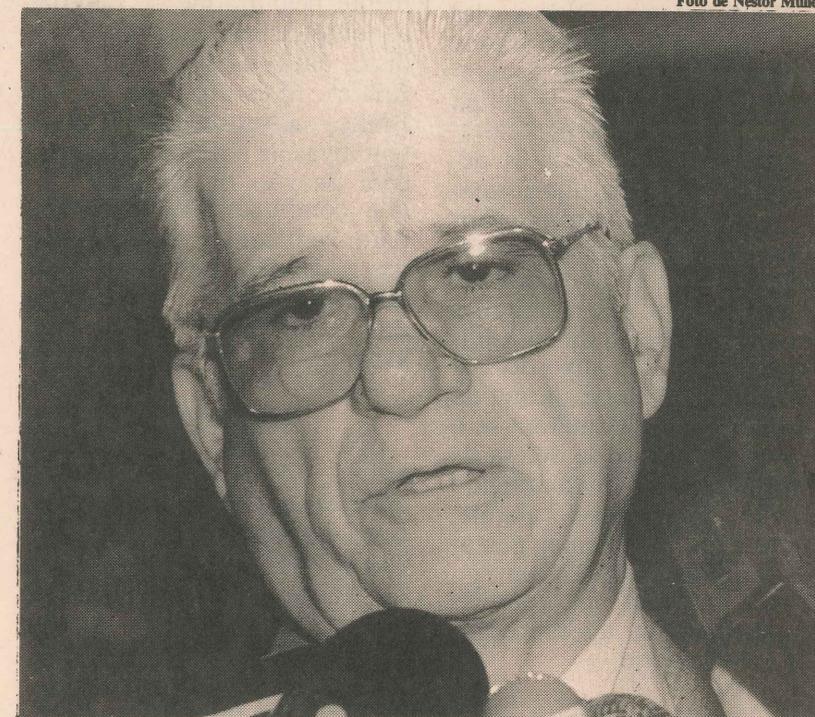


Foto de Nestor Müller  
O procurador-geral Christiano Dias Lopes está analisando o inquérito

## Verba era desviada para empresa privada

A Emcatur é uma sociedade de economia mista com objetivo social de promoção do turismo, mas sua história, nos últimos cinco anos, é bem diferente, segundo o relatório da Comissão de Inquérito. Ela afirma que houve violação das normas legais, transformando-se a empresa em repassadora permanente de recursos do tesouro estadual para entidades privadas e até órgãos públicos, fora dos seus objetivos estatutários e legais. O Radium Hotel foi saqueado, houve roubo de material, e rombo no caixa do hotel (só em janeiro de 92 faltaram Cr\$ 6.472.894,72). Nos últimos anos, na avaliação da comissão, em valores atualizados, o rombo foi de cerca de Cr\$ 1,5 bilhão.

No Mercado Capixaba, de acordo com o relatório da Comissão, respaldado no relatório da Auditoria Geral do Estado, os contratos, em regra, foram extremamente danosos à administração e flagrantemente proveitosos aos locatários. "A renovação dos contratos foi feita a destempo e mereceu aprovação por unanimidade do Conselho de Administração. O

Assessor Jurídico, apesar de presente, secretariando a reunião que foi apreciada essa renovação, não registrou qualquer manifesto contrário", diz o relatório.

De acordo com as apurações da Comissão de Inquérito, a "empresa, fugindo à sua condição de empresa de economia mista, foi utilizada para uma "verdadeira lavagem de dinheiro público, mediante a triangulação de verbas que eram passadas à empresa com destinação já previamente acertada, objetivando posterior repasse a entidades privadas", segundo a Comissão, "numa maldisfarçada doação que a administração direta não poderia realizar, diante dos controles mais rígidos a que está sujeita.

As entidades beneficiadas, em muitos casos constatados pela comissão, tinham "mera vida cartorial", constituindo-se em verdadeiros "fantasmas", quer dizer", entidades de vida apenas no papel, sem sede própria, sem conta corrente bancária, sem responsáveis que agora possam ser encontrados, como foi constatado pela comissão.

Ainda de acordo com o relatório da Comissão de Inquérito, "tais doações volumosas, é verdade, nem sempre conduziram a fins ilícitos". Entretanto, destaca a comissão, a facilidade no desembolso de recursos pela Emcatur, criou o sistema "simplicório e sumário de liberação de dinheiro", utilizando instrumentos denominados "Acordo de Cooperação Financeira". Por tais instrumentos, entidades particulares e mesmo órgãos públicos recebiam recursos para "supostamente estimular o turismo" e os aplicavam, via de regra, no pagamento de palanques e sonorização de festas comunitárias e até festas em residências e fazendas, valendo acrescentar que tais eventos sequer estavam incluídos no Calendário Turístico de Eventos, elaborado pela própria Emcatur.

Em virtude de o relatório da Auditoria Geral do Estado não indicar a totalização dos valores desviados, "até porque apenas superficialmente abordou a questão das doações financeiras feitas pela Emcatur", relata a comissão, esta estimou em Cr\$ 5 bilhões (valores

não-atualizados), aproximadamente os prejuízos totais causados à Emcatur "pela prática dos ilícitos já enumerados, valor que poderá até ficar triplicado se realizada perícia contábil independente, isenta e competente".

Ao computar a vasta documentação anexada ao relatório, a comissão alerta as autoridades: "Verifica-se a aplicação de recursos fora da atividade da empresa: prestação de contas de tais recursos não-realizados até a presente data; prestação de contas eivadas de erros; má-fé: recursos repassados às prefeituras e aplicados em conta particular de funcionário municipal. O relatório contém inúmeros depoimentos de funcionários e ex-funcionários e ex-diretor da empresa.

No bojo da documentação juntada ao relatório estão dezenas de processos que cuidam de repasse ou doação de recursos a entidades carnavalescas, movimentos comunitários, associações incomuns, através dos quais, cita a comissão, sem qualquer exame técnico, sem qualquer justificativa explanada.

## Governo diz que pune culpados

O próprio procurador-geral do Estado, Christiano Dias Lopes Filho, é quem está analisando os cinco volumes resultantes do inquérito que apurou irregularidades na Emcatur. Ele diz que em 48 horas será possível dar seu parecer para indicar as responsabilidades aplicadas a cada um dos envolvidos e admitiu que o governador Albuíno Azeredo lhe telefonou, ontem, para pedir rapidez no exame da situação e propor medidas legais.

A abertura de inquérito policial não está descartada, porque, segundo o procurador, a lei prevê responsabilidades administrativas e penais. "Sei que foram apuradas irregularidades muito agressivas", disse ele, reconhecendo, porém, desconhecer detalhes do processo, porque não havia lido, até às 18 horas de ontem, os cinco volumes que lhe haviam sido entregues no final da semana passada.

O procurador-geral do Estado disse que o que foi identificado pela Comissão de Inquérito não afeta a imagem da administração, pois o Governo quer aplicação de punição para os culpados. Ele manifestou estranheza, por outro lado, pelo fato de a Emcatur não ter sido liquidada até agora — há anos o Governo anuncia a extinção da empresa, e o processo da liquidação está em curso.

O fato de o liquidante da Emcatur ser um procurador do Estado e ter sido ele o responsável pela condução do inquérito que apurou as irregularidades, segundo Christiano Dias Lopes Filho, motivou a avocação do processo pelo próprio procurador-geral. "Tenho o equivalente a um metro cúbico de papel para ler. Em 48 horas darei um parecer sobre as responsabilidades de cada um dos envolvidos", frisou.